

ANEXO 10
CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO,
TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO

ANEXO X

CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO, TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº[--]

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO CONSTITUÍDO PELA RODOVIA 266 DO QUILOMETRO 490+225 AO 509+036, PELA RODOVIA SP 333 DO QUILOMETRO 212+450 AO 400+988 E DO 404+251 AO 450+990, PELA RODOVIA SP 294 DO QUILOMETRO 451+700 AO 458, PELA RODOVIA SP 349 DO QUILOMETRO 41+510 AO 42+493, PELA RODOVIA SP 322 DO QUILOMETRO 307+590 AO 390+500, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 323+130 AO 337+010 E DO QUILOMETRO 468+390 AO 475+740, PELA RODOVIA SP 351 DO QUILOMETRO 127+330 AO 150+440, PELA RODOVIA SP 330 DO QUILOMETRO 318+500 AO 450+110 E ACESSOS, TODOS INTEGRANTES DO DENOMINADO LOTE FLORÍNEA - IGARAPAVA, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

ÍNDICE

1. Conceitos Básicos.....	4
2. Descrição das Condições	5
2.1. Pavimento	5
2.2. Obras de Arte Especiais	5
2.3. Sinalização.....	7
2.3.1. Sinalização Horizontal	7
2.3.2. Sinalização Vertical.....	7
2.4. Obras de Arte Correntes e Drenagem.....	7
2.5. Taludes	8
2.6. Dispositivos de Segurança	8
2.7. Paisagismo.....	9
2.8. Sistema de Telefonia e Comunicações	10
2.9. Iluminação.....	11
2.10. Instalações Operacionais e Equipamentos	11
2.11. Limpeza.....	12
3. Recebimento	12
3.1. Inspeção.....	12

3.1.1. Relatórios Parciais	13
3.2. Termo de Recebimento Provisório	14
3.2.1 Transferência Provisória a SUCESSORA	14
3.3. Termo de Recebimento Definitivo	14
4. Transição.....	15
4.1 Obrigações da CONCESSIONÁRIA.....	15
4.2. Ações de Operação Assistida do Sistema Rodoviário:	16
4.2.1. Adaptação e Uniformização da Operação do Sistema Viário	Erro! Indicador não definido.
4.3. Solução de Conflitos na fase de Transição	16
4.2.1. Cronograma de Transferência	Erro! Indicador não definido.

1. Conceitos Básicos

1.1 Este ANEXO tem por objetivo definir as condições fundamentais para a devolução do Sistema Rodoviário ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA e/ou sua TRANSFERÊNCIA, do todo ou parte, à Concessionária que porventura a suceda (doravante denominada "SUCESSORA").

1.2 Assim, para fins de cumprimento deste ANEXO, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA, termo que designa, neste Anexo, e que deve ser aqui compreendido como a nova concessão de bem ou conjunto de bens revertidos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA.

1.3. Ademais, todas as menções à TRANSFERÊNCIA e/ou à SUCESSORA serão aplicáveis se, e somente se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o todo ou parte do Sistema Rodoviário compreendido pelo LOTE FLORÍNEA - IGARAPAVA. Neste caso, entenda-se por TRANSFERÊNCIA a transmissão direta, do todo ou parte, do Sistema Rodoviário, conforme objeto do processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA.

1.4. Ficam, portanto, aqui estabelecidas, as especificações aplicáveis sobre o estado de conservação/manutenção/operação para cada uma das estruturas existentes dentro do Sistema Rodoviário, o qual abrange as FAIXAS DE DOMÍNIO E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES, quando expirar o prazo contratual.

1.5. A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o Nível de Serviço Adequado durante o Prazo da CONCESSÃO, deverá devolver o Sistema Rodoviário em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por 6 (seis) anos, a partir da zero hora do dia seguinte à extinção da Concessão, das estruturas em geral, principalmente do pavimento e obras de arte especiais. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento.

1.6. Todo o Sistema Rodoviário deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem) que estejam vigentes à época da extinção da Concessão e, subsidiariamente com as normas internacionais correlatas para sistemas rodoviários de características similares.

1.7. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a devolução e/ou transferência e terão, ainda, como subsídio fundamental, os Memoriais Descritivos e Projetos Referenciais das Rodovias do Sistema Rodoviário, disponíveis para consulta nos órgãos técnicos da CONTRATANTE.

2. Descrição das Condições

2.1. Pavimento

2.1.1 Os pavimentos deverão ser devolvidos pela CONCESSIONÁRIA ao Poder Concedente, seja representado pelo DER, atual titular da malha a ser transferida, seja por outro representante que eventualmente o substitua, e/ou transferidos, sob supervisão da ARTESP, à SUCESSORA, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo ANEXO 06 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO, especialmente em seu item 3.2.1.

2.1.2 Os ensaios que constam do item 3.2.1 do ANEXO 06 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO para verificação da vida remanescente poderão ser substituídos por outros equivalentes quando da devolução e/ou transferência, de acordo com especificações mais recentes da ARTESP, CONTRATANTE, e do PODER CONCEDENTE.

2.2. Obras de Arte Especiais

2.2.1 Caracterizam-se como Obras de Arte Especiais, para fins deste ANEXO, todas as pontes, viadutos, túneis, passarelas, galerias de maior porte, pontilhões, estruturas mistas, ou não, para transposição de vias e/ou córregos e/ou rios, etc., que constituem objeto da CONCESSÃO.

2.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, através do plano de conservação/manutenção para as Obras de Arte Especiais, garantir cumprimento das normas vigentes da ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT (nesta ordem), quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.

2.2.3. Os Relatórios Parciais e Final, descritos no item 3.2 deste ANEXO, deverão atentar para as seguintes condições mínimas:

- i. Infiltrações: os tabuleiros deverão estar estanques, não permeando água através de sua estrutura, e a drenagem superficial na Estrutura e Acessos (encontros) funcionando conforme previsto em projeto;
- ii. Fissuras: a estrutura de concreto armado e/ou protendido não deverá apresentar fissuras, decorrentes de falhas de concretagem, efeitos térmicos ou mau uso da estrutura. Como parâmetro de aceitação, as fissuras deverão se apresentar conforme previsto em projeto;

- iii. Juntas de dilatação: deverão ser contínuas, sem falhas que possibilitem infiltrações, não poderão estar encobertas pelo pavimento, com esmagamentos ou aberturas além dos limites previstos em projeto;
- iv. Aparelhos de apoio: aparelhos do tipo neoprene não deverão se apresentar soltos ou fora do lugar de carregamento previsto, distorcidos fora de norma, parcialmente carregados, com frestas expostas e/ou corroídas, com camadas de neoprene abauladas, ressecadas ou revestimentos dilacerados, sem funcionalidade garantida. No caso de aparelhos metálicos, não deverá existir corrosão. Sua locação deverá estar sempre garantida principalmente em aparelhos unidirecionais e suas movimentações características deverão estar também garantidas para o seu bom funcionamento. No caso da existência de "TEFLON", o mesmo deverá estar em condições especificadas em projeto;
- v. Corrosão de aço: No caso de estrutura em concreto armado, protendido, metálico e/ou mista, deverá ser mantido um estado da obra que garanta o não aparecimento e evolução desta anomalia. Desta maneira, não se deverá ter também armaduras expostas, cablagem sem injeção de nata e nem estruturas metálicas expostas a ambientes incompatíveis com sua natureza, incluindo Obras submersas;
- vi. Limpeza sob as Obras de Arte Especial: na região da sua projeção e dos encontros, a Obra deverá estar limpa e desmatada;
- vii. Drenagem sob as Obras de Arte: qualquer poço ou veio d'água deverá estar drenado, sem prejuízo às fundações, meso, superestrutura e encontros;
- viii. Encontros das estruturas: deverá ser garantida a conformação de chegada do pavimento da via à obra de arte em rebaixados e impactos à estrutura;
- ix. Lajes de aproximação: não deverão apresentar descalçamentos, nem rotações que provoquem aberturas de juntas além das especificadas em projeto;
- x. Os encontros não deverão permitir deslocamentos e/ou esforços na estrutura de obra, que não tenham sido previstos na sua concepção e dimensionamento;
- xi. Taludes dos Encontros: todos os taludes deverão estar devidamente protegidos de forma que não descalcem peças da meso ou infraestrutura que dependam deste suporte;
- xii. Iluminação e telamentos de segurança: deverão estar íntegras a funcionalidade e a durabilidade dos elementos de iluminação nas passarelas;
- xiii. Condições dos materiais constituintes das OAEs: os materiais deverão garantir as exigências das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e conforme as exigências técnicas do projeto estrutural específico da obra.

2.3.4 As expectativas de conservação das estruturas, assim como suas adequações no ato da devolução, deverão atender à Especificação Técnica, ET-00.000.000-0-C21/002–Rev.1 para Inspeção e Avaliação Estrutural/Funcional de Obras de Arte Especiais de Concreto Armado e Protendido da ARTESP, ou outra que a substitua; isto é, as estruturas pertencentes ao Sistema Rodoviário deverão apresentar pelo menos B4 sob aspectos de segurança estrutural e B3 funcional.

2.3. Sinalização

2.3.1. Sinalização Horizontal

2.3.1.1. A sinalização horizontal deverá apresentar vida residual de, no mínimo, 12 (doze) meses e as tachas refletivas deverão estar de acordo com as especificações operacionais.

2.3.2. Sinalização Vertical

2.3.2.1. A sinalização vertical deverá estar conforme projeto, adequado à época do término da CONCESSÃO.

2.3.2.2. As placas deverão apresentar, entre outras, as seguintes condições:

- i. Deverão estar limpas, isentas de poeiras e barro;
- ii. As películas deverão apresentar o nível de retro-refletância especificado;
- iii. As placas não deverão estar cobertas por vegetação.

A sinalização deverá estar atualizada e compatível com as modificações de acessos, trevos ou outras vias de acesso que venham a ser implantadas ao longo do Prazo da CONCESSÃO.

2.4. Obras de Arte Correntes e Drenagem

2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver em plenas condições de conservação, funcionamento e operação todos os dispositivos de drenagem existentes na faixa de domínio e instalações complementares.

2.4.2. Para que a CONCESSIONÁRIA garanta a funcionalidade desses dispositivos no ato da devolução do Sistema Rodoviário, deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- i. A drenagem profunda deverá estar desobstruída;

- ii. As canaletas, sarjetas, saídas d'água e bueiros deverão estar desobstruídos e limpos;
- iii. Os cortes e aterros nos entornos dos dispositivos de drenagem não devem apresentar erosões;
- iv. As sarjetas, canaletas, canais de escoamento e demais dispositivos de drenagem deverão estar contínuos, sem trechos interrompidos ou avariados;
- v. Os dispositivos de drenagem deverão apresentar condições estruturais adequadas;
- vi. As canaletas, sarjetas e canais de escoamento deverão estar desassoreados;
- vii. Os poços de visita, bocas de lobo, caixas de transição e caixas coletoras deverão estar desobstruídos;
- viii. As tampas e grelhas deverão estar em perfeitas condições de uso.

2.5. Taludes

2.5.1 As condições de devolução dos taludes de cortes e aterros deverão ser tais que garantam a integridade dos maciços de terraplenagem, não surgindo possibilidades de escorregamento.

2.5.2. Logo, deverão ser observadas, dentre outras, as recomendações abaixo:

- i. Os taludes de corte e aterro não deverão apresentar erosões nem descontinuidade em seus dispositivos de drenagem;
- ii. A geometria dos taludes de corte e de aterro deverá ser compatível com as condições de estabilidade previstas em projeto;
- iii. Os taludes deverão estar isentos de blocos, pedras ou materiais soltos que venham constituir riscos aos usuários;
- iv. O revestimento vegetal deverá apresentar altura máxima de 30 (trinta) cm em áreas genéricas da rodovia e 10 (dez) cm no entorno das instalações operacionais.

2.6. Dispositivos de Segurança

2.6.1. Quando da devolução do Sistema Rodoviário, os dispositivos de segurança deverão atender às especificações a que se submetem.

2.6.2. As defensas metálicas não poderão apresentar pontos de amassamento, rompimento e descontinuidade.

2.6.3. As barreiras de concreto não deverão apresentar descontinuidades e a estrutura deverá estar isenta de grandes fissuras, de armaduras expostas ou corroídas e de pontos com desagregação do concreto.

2.6.4. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir as rodovias integrantes do Sistema Rodoviário com dispositivos tecnologicamente atualizados, à época da devolução e/ou transferência, e compatíveis com as alterações físicas que venham a ocorrer na Faixa de Domínio, ao longo do Prazo da CONCESSÃO, em plenas condições de operação.

2.7. Paisagismo

2.7.1. Toda a área não pavimentada do Sistema Rodoviário deverá estar revestida ou fornecer condições para o crescimento de vegetação e garantir a diversidade biológica, seguindo sempre os relatórios técnicos, especificações e medidas mitigadoras estabelecidas pelo RIMA (Relatório de Impacto Ambiental).

2.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar os aspectos funcionais e operacionais, tanto das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário, quanto das instalações de apoio e atividades terciárias em função do plantio, crescimento e eventuais interferências por parte de vegetação incidente sobre instalações diversas, como:

- i. Drenagem;
- ii. Iluminação;
- iii. Sinalização;
- iv. Defensas;
- v. Estruturas;
- vi. Edificações;
- vii. Monumentos;
- viii. Equipamentos;
- ix. Visibilidade;
- x. Ofuscamento;
- xi. Efeito "Estroboscópico";
- xii. Estabilidade dos taludes lindeiros, etc.

2.7.3. Toda a área prevista para programas futuros de desenvolvimento (ex: duplicação de pistas) deverá estar livre de espécies arbóreas, bem como de qualquer intervenção que venha a onerar ou dificultar sua remoção.

2.7.4. Para tanto, ao final do Prazo da CONCESSÃO, deverão, quando necessário, ser tomadas medidas de manutenção, tais como:

- i. As árvores e arbustos deverão estar devidamente podados;
- ii. Remoção de todo e qualquer material indesejável do corpo paisagístico do Sistema Rodoviário;
- iii. As áreas plantadas deverão estar adubadas e isentas de pragas;
- iv. As áreas principais, tais como: canteiros centrais e laterais, belvederes, pedágios e balanços deverão apresentar a grama com uma altura máxima de até 10(dez) cm;
- v. As áreas de revestimento vegetal deverão sofrer, ao menos, duas podas no último semestre do Prazo da CONCESSÃO.
- vi. As estruturas de contenção de produtos perigosos e para redução de ruídos deverão estar em boas condições de conservação/manutenção e funcionamento.

2.8. Sistema de Telefonia e Comunicações

2.8.1. Quando da devolução e/ou transferência do Sistema Rodoviário, todo o sistema de comunicação, como dados e telefonia, e painéis de sinalização deverão estar em boas condições de conservação/manutenção, funcionamento e operação, devendo para tanto a CONCESSIONÁRIA atender às exigências abaixo:

- i. As instalações operacionais do Centro de Controle Operacional (CCO) deverão estar em pleno funcionamento e operação;
- ii. O Sistema de Telefonia de Emergência instalado nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário deverá ser devolvido atendendo no mínimo os parâmetros abaixo:
 - a. 90% (noventa por cento) dos aparelhos e equipamentos instalados deverão estar em funcionamento e operando regularmente;
 - b. 98% (noventa e oito por cento) dos aparelhos projetados deverão estar instalados.
 - c. As estruturas de suporte dos telefones de emergência não devem apresentar armaduras expostas, corroídas, fissuras ou desagregação do concreto.
- iii. O Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV-IVA (Circuito Fechado de Televisão com Análise Inteligente de Vídeo) deverá cobrir 100% do Sistema Rodoviário e seus equipamentos deverão apresentar 97% de funcionamento, conforme apresentado no ANEXO V – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS

2.8.2. Todas as instalações relativas ao sistema de telefonia e comunicação deverão

estar em pleno funcionamento e operando regulamente, bem como deverão ter sido objeto de uma completa revisão e checagem no último trimestre do Prazo da CONCESSÃO.

2.9. Iluminação

2.9.1. A iluminação do Sistema Rodoviário sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua devolução e/ou transferência.

2.9.2. No último semestre do Prazo da CONCESSÃO, deverão ser feitas revisão e checagem completa de todo o sistema de iluminação das Praças de Pedágio, pesagem, áreas de policiamento rodoviário e outras, com relatório subscrito pelo representante legal da Concessionária atestando a funcionalidade do Sistema Rodoviário.

2.10. Instalações Operacionais e Equipamentos

2.10.1. Todas as instalações operacionais e de suporte do Sistema Rodoviário, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

2.10.2. Entenda-se como instalação operacional e de suporte:

- i. Pedágios;
- ii. Balanças;
- iii. Bases Operacionais Auxiliares;
- iv. Bases da PMRv;
- v. Pátios de Apreensão de Veículos;
- vi. Estações Repetidoras de Rádio;
- vii. Sub-Centros de Telefonia de Emergência;
- viii. Centro de Controle de Operações, e
- ix. Edifícios de Administração.

2.10.3. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e

especificações respectivas:

- i. Estruturas;
- ii. Impermeabilizações;
- iii. Alvenarias;
- iv. Coberturas;
- v. Forros;
- vi. Pisos;
- vii. Revestimentos e acabamentos;
- viii. Esquadrias e Vidros;
- ix. Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
- x. Instalações de combate a incêndio;
- xi. Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
- xii. Iluminação;
- xiii. Sinalização;
- xiv. Equipamentos Mecânicos e Eletro-Mecânicos;
- xv. Sistemas Motogeradores;
- xvi. Equipamentos Eletrônicos.

2.11. Limpeza

2.11.1. Toda a Faixa de Domínio das rodovias integrantes do Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO deverá estar totalmente limpa, isenta de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou transferência do Sistema Rodoviário.

3. Recebimento

3.1. Inspeção

3.1.1. Dois anos antes do encerramento da CONCESSÃO, a CONTRATANTE (ARTESP) formará uma Comissão de Devolução, composta por representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e da SUCESSORA, em número paritário, e supervisionada pela ARTESP, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas previas à devolução e/ou transferência do Sistema Rodoviário estabelecidas neste Anexo.

3.1.2. Caso, no momento da formação da Comissão de Devolução, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova concessão de parte, ou de todo, Sistema Rodoviário objeto desta Concessão (ou do Lote Florínea - Igarapava), a SUCESSORA será automaticamente integrada à Comissão de Devolução, a partir da data de assinatura do Contrato da nova Concessão.

3.1.3 A Comissão elaborará o Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a devolução e/ou transferência do todo ou parte do Sistema Rodoviário objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.

3.1.4. O Relatório de Vistoria retratará a situação do Sistema Rodoviário e poderá propor à ARTESP sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução ao PODER CONCEDENTE e/ou transferência à SUCESSORA.

3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.

3.1.6. Tanto em caso de Devolução do Sistema Rodoviário ao PODER CONCEDENTE, quanto em caso de sua TRANSFERÊNCIA à SUCESSORA, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 – TRANSIÇÃO deste ANEXO.

3.1.7. Em caso de TRANSFERÊNCIA, a COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 - Ações de Operação Assistida do Sistema Rodoviário deste ANEXO;

3.2. Relatórios Parciais e Final

3.2.1. .A cada 3 (três) meses, a Comissão de Devolução deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP relatório de execução dos trabalhos desenvolvidos, bem como um relatório de acompanhamento da execução das obras em andamento e de monitoramento de pavimento, atestando a qualidade do trabalho desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA.

3.2.2. O Relatório de Inspeção Final deverá ser entregue com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, e deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da Comissão, bem como outras informações consideradas relevantes pela Comissão, com um Parecer Final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.

3.3. Termo de Recebimento Provisório

3.3.1. Quando atendidas todas as condições de devolução do Sistema Rodoviário previstas neste Anexo, será então elaborado, pela ARTESP, o Termo de Recebimento Provisório, que deverá ser assinado pela CONCESSIONÁRIA, pela CONTRATANTE e pela ARTESP, e, havendo SUCESSORA, esta deverá a ele anuir expressamente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do Sistema Rodoviário.

3.3.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:

- a) Em caso de devolução do PODER CONCEDENTE, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP;
- b) Em caso de TRANSFERÊNCIA, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente será convertido em indenização a ser paga diretamente pela CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA e calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.4. Transferência Provisória à SUCESSORA

3.4.1. A assinatura do Termo de Recebimento Provisório implica a transferência da operação e manutenção do Sistema, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme Ato de Adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA, da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.5. Termo de Recebimento Definitivo

3.5.1. Decorrido o período de observação de seis meses, contados do Termo de Entrega Provisória, e não havendo a necessidade de novos reparos por vício ou defeito de execução dos serviços, será então lavrado o competente Termo de Recebimento Definitivo do Sistema Rodoviário.

3.5.2. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.5.3. Decorrido o período de observação de seis meses, contados do Termo de Entrega Provisória, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo do Sistema Rodoviário.

3.5.4. Se nesse prazo estiverem atendidas todas os requisitos previstos Anexo, o Termo

de Recebimento Definitivo informará a regularidade e autorizará a liberação da garantia.

3.5.5. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do Termo de Entrega Provisória, a CONCESSIONÁRIA não tiver cumprido todas as condições previstas nesse Anexo, a o PODER CONCEDENTE deverá ser indenizado e/ou a SUCESSORA pleiteará o desconto do valor respectivo, da garantia.

3.5.5.1. Em caso de devolução do Sistema Rodoviário ao PODER CONCEDENTE, será executada a garantia, em montante calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.5.5.2 Em caso de Transferência para SUCESSORA, o montante da indenização devida será comprovado pela SUCESSORA mediante instauração de processo administrativo próprio, sobre a qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar, no prazo de 7 (sete) dias úteis. A defesa da CONCESSIONÁRIA só poderá versar sobre erro de cálculo.

3.5.6. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

4. Transição

4.1 Obrigações da CONCESSIONÁRIA

4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO, bem como para a boa operacionalização da transição do Sistema ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:

- (i) Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no Sistema ao longo de toda a CONCESSÃO, cadastro de elementos viários, cadastro de acessos e cadastro da Faixa de domínio e demais documentos solicitados pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO ou ARTESP;
- (ii) Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- (iii) Disponibilizar demais informações sobre a operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;
- (iv) Cooperar com a SUCESSORA e com a ARTESP para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- (v) Permitir o acompanhamento da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela SUCESSORA;
- (vi) Promover o treinamento de empregados da SUCESSORA, relativamente à operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;
- (vii) Colaborar com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos para

o processo de transição;

(viii) Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela SUCESSORA;

(ix) Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da SUCESSORA, nesse período;

(x) Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;

(xi) Interagir com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do SISTEMA RODOVIÁRIO;

(xii) Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;

(xiii) Disponibilizar vídeo-registro georreferenciado mais recentemente realizado, e demais documentos que constituam os inventários mais atualizados, que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o Prazo da CONCESSÃO;

(xiv) Disponibilizar pares de usuário e senha para acesso aos Sistemas Digitais de acompanhamento, gestão e gerenciamento de projetos, demandas e atividades operacionais especificados no Anexo VII, para permitir que a SUCESSORA tenha acesso aos dados necessários à perfeita operação e continuidade da prestação do SERVIÇO ADEQUADO no SISTEMA RODOVIÁRIO.

4.2. Ações de Operação Assistida do Sistema Rodoviário:

4.2.1. Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do Sistema Rodoviário, a fim de se familiarizar com a operação do sistema rodoviário objeto da CONCESSÃO.

4.3. Solução de Conflitos na fase de Transição

4.3.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente, à ARTESP, com cópia para aos demais membros, em até 15 (quinze) dias antes da lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressaltados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da Comissão de Devolução poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.

4.3.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua constituição.

4.3.3. A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do membro da

Comissão de Devolução tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, se antes do final da CONCESSÃO, ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, se durante o período de observação.

4.3.4. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da Comissão de Devolução, inclusive do Relatório de Vistoria, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do SISTEMA RODOVIÁRIO, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da Comissão de Devolução, tampouco que sejam objeto da garantia de vida útil prevista neste ANEXO, deve ser indenizado pela CONCESSIONÁRIA, diretamente à SUCESSORA.

4.3.4. É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO DE CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.

4.3.5. Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE.

4.3.6. É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à qualidade da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.